

Ata Nº 616 – Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às nove horas, os conselheiros se reuniram para realizar a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú-SC** na Casa dos Conselhos. Estavam presentes os seguintes conselheiros: João Carlos Alves dos Passos, Mikaelly Bastos dos Santos Orsi, Dijaiza Gomes de Sá Souza, Jeferson Fragoso, Micheli Luzia Schittler, Douglas Aguirre, Nilton Dirceu Bleichvel, Luciano Pedro Estevão, Grasiela Aparecida Teixeira, Josiane Hoepfers, Sandra Mara Luchtenberg e Patricia Nicodemus Valenzuela. O conselheiro Wilson Reginatto Junior justificou a ausência, pois encontra-se na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, no evento comemorativo ao dia Internacional da Síndrome de Down e o conselheiro Valdeci Matias justificou ausência por problemas de saúde. Estavam presentes: Paulo Cavalcante, Conselheiro Tutelar; José Manoel Mafra e Mirian Arceno, representantes da Associação Arte que denuncia, combate e previne; Aline Rocha Salai, representante da Associação Beneficente Cristã Real Esperança; Diandra Fimochetti, representante da Associação Árvore da Vida – Casa das Anas; Clóvis Ribeiro, representante da Associação Dragão Negro; e, Tatiane Aparecida do Rosário, representante da Secretaria de Educação. Pauta 01: Aprovação da Ata: Foi aprovada por unanimidade a ata do dia sete de março de Dois Mil e Vinte e Três. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ofícios Expedidos: Memorando nº10.065 de oito de março, enviado para a Secretaria de Articulação Governamental solicitando que seja encaminhado a alteração da Lei Municipal nº1033/1991 conforme deliberação deste conselho; E-mail de nove de março, enviado para o Ministério Público, Assistente Social Angela Cristina Cheschin, encaminhando a Relação de Organizações da Sociedade Civil, registradas e qualificadas neste conselho; E-mail de nove de março, enviado ao TRE/SC encaminhando Formulário preenchido, solicitando as Urnas Eletrônicas para as Eleições de Conselheiros Tutelares e informando que o formulário também foi enviado pelo correio; E-mail de nove de março, enviado para Universidade do Vale do Itajaí - Univali encaminhando o modelo de edital para o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares e solicitando que a UNIVALI, analise o edital e preencha os dados relacionados à universidade, bem como as datas do cronograma do edital; E-mail de nove de março, enviado para 4ª Promotoria de Justiça informando que este conselho convocou a Comissão Organizadora do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares para reunião dia quatorze de março, às nove horas, na Casa dos Conselhos, para analisar o Edital do Processo de Escolha; E-mail de nove de março, enviado para todos os conselheiros convocando a Comissão Organizadora do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares para reunião dia quatorze de março, às nove horas, na Casa dos Conselhos para analisar o Edital do Processo de Escolha; Memorando nº11.243, de quatorze de março, enviado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social informando que em Reunião Ordinária de sete de março, este conselho aprovou o aditivo ao Plano de Trabalho do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC, no valor de Cinquenta e Oito Mil, Seiscentos e Oito Reais; Memorando nº9.160, de quinze de março enviado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, encaminhando o Formulário de Cadastro de Organizações da Sociedade Civil – OSCs no Programa de Medidas Socioeducativas, para prestação de serviço a comunidade preenchido por Ama Litoral; Memorando nº 11.576, de quinze de março enviado para Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social informando da participação das conselheiras Grasiela Aparecida Barbosa Teixeira e Suzete Cerutti Kummer, no Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção – ENAPA, que será realizado nos dias oito, nove e dez de junho, em Porto Alegre/RS; E-mail de quinze de março, enviado para Rede de Atendimento encaminhando a Resolução nº060/23, que estabelece normas para a entrega dos Relatórios de Atividades das Organizações da Sociedade Civil Registradas e Qualificadas no Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; E-mail de quinze de março, enviado para ao Departamento de Marketing, solicitando a publicação no site da Prefeitura – página do CMDCA, da Resolução nº060 de 2023; E-mail de quinze de março, enviado para Rede de Atendimento encaminhando o controle de entrega dos Relatórios de Atividades e solicitando que as OSC's que estão com relatórios pendentes atualizem as informações; Memorando nº11.776, de dezesseis de março enviado para Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando a aprovação da confecção de Mil e Quinhentos exemplares da Cartilha de Direitos do Terceiro Setor e Direitos da Pessoa com Deficiência, elaborada e desenvolvida com os acadêmicos do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, com orçamento aprovado da empresa Soares Gráfica, no valor total de Nove Mil Reais; E-mail de dezessete de março, enviado para a 4ª Promotoria de Justiça solicitando dilação de prazo de mais quinze dias, para responder o Ofício nº082/2023/04PJ/BCA – Ref. SIG nº06.2019.00003950-4; E-mail de dezessete de março, enviado para 4ª Promotoria de Justiça respondendo o Ofício nº080/2023/04PJ/BCA – Ref. SIG nº09.2021.00005513-0., informando que este conselho está há alguns anos questionando o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, do porquê que as Organizações da Sociedade Civil – OSC's não estão recebendo adolescentes encaminhados do Programa de Medidas Socioeducativas para Prestação de Serviços Comunitários, que este CMDCA entende que todas as OSC's registradas e qualificadas podem e devem receber adolescentes encaminhados do MSE e entende que o encaminhamento deva ser realizado de forma significativa para o adolescente, visando a contribuição real desse processo socioeducativo, informando que este CMDCA convidou por algumas vezes a equipe do CREAS para participar das reuniões do CMDCA, e em várias ocasiões esse assunto foi tema de pauta, e ainda está sendo tema de pauta; que este CMDCA entrou em contato com todas as OSC's registradas e qualificadas neste conselho para que preenchessem o formulário de cadastro de entidade no PSC, que as entidades que recebem recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, foram as que se manifestaram e realizaram o envio dos formulários de cadastro de entidade no PSC, os quais já foram encaminhados ao CREAS, e informando que por iniciativa deste CMDCA também se formalizou uma Comissão Organizadora para realizar o Fórum de Medidas Socioeducativas para a Rede de Proteção e Atendimento, previsto para acontecer em quatorze de abril, para promover articulação dos envolvidos, visando o fortalecimento da rede de proteção. Documentos Recebidos: E-mail de sete de março, enviado pela Create Educacional informando sobre Formação para Conselho Tutelar; E-mail de nove de março, enviado pela Casa dos Conselhos, repassando solicitação da Universidade de Santa Catarina – UDESC, pedindo a continuidade ao projeto "Diagnósticos com os Conselhos", parte da disciplina Práticas de Controle Social e Accountability, do curso de Administração Pública; E-mail de nove de março, encaminhado para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE, encaminhando formulário solicitando urnas eletrônicas para as eleições de conselheiros tutelares; E-mail de dez de março, enviado pela Casa dos Conselhos solicitando o cronograma de reuniões deste conselho para Dois Mil e Vinte e Três; E-mail de treze de março, enviado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, convidando para o lançamento literário de "Resistências: PorMãos de Mulheres Camponesas", organizado por Zenaide Collet, Noeli Welter Tabora, Justina Inês Cima, Sirlei AntoninhaKroth Gaspareto e Noemi Margarida Krefta, dia quatorze de março, às dezessete horas; E-mail de treze de março, encaminhado pelo Instituto Inova Cidades informando que estão abertas as inscrições para oficina sobre Fundos Municipais: da criação à prestação de contas, com consultor e ex-secretário de finanças Luciano Lima, dias doze e treze de abril, às quatorze horas; E-mail de treze de março, encaminhado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA convidando para o XVIII Encontro Estadual para os atores do Sistema de Garantia de Direitos



Humanos de Crianças e Adolescentes; E-mail de treze de março, encaminhado pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, informando que o Grupo de Trabalho Interinstitucional do MP/SC, realizará dia quatorze de março, às quatorze horas, uma reunião técnica para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à atualização da lei municipal que regulamenta o Conselho Tutelar; E-mail de quatorze de março, encaminhado pela Secretaria de Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica, solicitando que seja colocado como atribuição de conselheiro tutelar a realização da notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN para as próximas eleições do Conselho Tutelar, evitando assim essas sub notificações; Protocolo nº27.972, de quinze de março, enviado pela Associação Amor pra Down encaminhando relatórios de atividades desenvolvidos nos meses de janeiro e fevereiro; E-mail de dezesseis de março, recebido pela Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos – AFADEFI, encaminhando relatório de atividades dos meses de junho, julho, agosto e setembro de Dois Mil e Vinte e Dois e relatório de janeiro e fevereiro de Dois Mil e Vinte e Três; Memorando nº 11.776, de dezesseis de março, recebido pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social informando a impossibilidade de contratar a empresa Soares Gráfica, tendo em vista que a mesma está com débitos em aberto junto a Fazenda Municipal; E-mail de dezesseis de março, enviado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, convidando para o lançamento do Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, dia vinte e nove de março, às dez horas; Protocolo nº28.779, de dezessete de março, encaminhado pela Associação Dragão Negro de Taekwondo encaminhando Relatório de atividades e Balancete de Prestação de Contas de fevereiro; E-mail de dezessete de março, enviado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, informando e convidando para a abertura da exposição “Santa Catarina, a Bruxa”, de Júlia Otero; E-mail de vinte e um de março, encaminhado pela AFADEFI, informando que o conselheiro Valdei Matias, não poderá comparecer a reunião por motivos de saúde; Protocolo nº29.300, de vinte de março, enviado pela Associação Beneficente Cristal Real Esperança encaminhando relatório de atividades de fevereiro; E-mail de vinte de março, encaminhado pelo Instituto Inova Cidades informando que estão abertas as inscrições da oficina EAD para Formação Continuada de Conselheiros Tutelares, com Dr. Luiz Antonio Miguel Ferreira, dias dezoito, dezenove e vinte de abril, às oito horas; E-mail de vinte de março, enviado pela Câmara de Vereadores convidando para o evento “Cannabis Medicinal: saúde e políticas públicas”, que será realizado no dia vinte e três de março, às dezenove horas,, no plenário da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú; Relatório de Visitas, enviado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE informando sobre as visitas realizadas com o carro do CMDCA no mês de fevereiro. Foram enviados os Relatórios de Atividades das seguintes OSC's: Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida (Mês de fevereiro); Biblioteca Bem Viver (Mês de fevereiro); Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (Meses de janeiro e fevereiro); Associação de Proteção Acolhimento e Inclusão Social – PAIS (Mês de fevereiro). Pauta 03: Retorno da Capacitação dos Profissionais da Escuta Especializada. O presidente informou que nos dias treze e quatorze de março, houve a segunda capacitação dos profissionais da Escuta Especializada, e que na ocasião ele se fez presente e que foi questionado pela palestrante sobre a questão do comitê virar uma comissão dentro do CMDCA. Que a palestrante afirmou que este conselho estava agindo errado e que o comitê teria que existir e ser autônomo, que não deveria estar ligado ao CMDCA. O presidente disse que tentou explicar, que no entendimento deste conselho, o comitê já realizou a implantação do procedimento na Administração Pública, e que a partir de então os conselheiros de direitos que faziam parte do comitê, passariam a fazer parte de uma comissão temática dentro deste conselho, com o intuito de fiscalizar se o serviço está sendo ofertado e se está de acordo com a proposta. O presidente expôs sua indignação e falou que foi mal interpretado e ofendido pela palestrante, que a mesma falou que ele não



se preocupava com as questões das crianças e dos adolescentes e falou que ele é machista. A conselheira Mikaelly ressaltou que a palestrante insistia nas suas colocações. A conselheira Josiane informou que no seu ponto de vista a capacitação não teve muitas novidades perante a primeira capacitação da escuta especializada, que acredita que a capacitação com a Rede de Atendimento, neste momento seria mais importante. O conselheiro Douglas falou que no decreto não existe nada que foi criado dentro do conselho, também colocou que a fala da palestrante fugiu do tema da qual foi contratada, isto é, não foi contratada para arrumar divergências e sim para trazer ensinamentos. O conselheiro Douglas explicou juridicamente toda essa questão. O presidente disse que o comitê deve ser criado pela prefeitura, e que o CMDCA deve agir como órgão fiscalizador do serviço, porque se algo der errado esse conselho responde judicialmente. A conselheira Patricia falou sobre a contratação da palestrante, que foi chamada por ter muita experiência técnica, mas que também não concordou com a atitude da mesma. Este conselho tem o entendimento de que o comitê dentro do CMDCA passou a ser comissão, pois não tem mais a mesma função de implantar o procedimento, mas que agora tem a função de fiscalizar se o serviço está sendo realizado e se está atingindo seu objetivo. O comitê não existe mais desde fevereiro e cabe ao poder público formar outro comitê. O conselheiro Luciano ressaltou que o comitê fez um excelente trabalho, que o CMDCA criou um comitê bastante democrático, que analisou, preparou e executou a implantação do procedimento de escuta especializada no município, agora, cabe a administração pública criar comitê que dará continuidade ao processo e cabe ao CMDCA fiscalizar o serviço. Pauta 04: Comissão Organizadora do Fórum das Organizações da Sociedade Civil – OSC's. A presidente da comissão, conselheira Sandra, informou que apenas ela se fez presente na reunião da comissão. Sendo assim, agendará novo encontro com a mesma. Pauta 05: Retorno da reunião com o 12º Batalhão da Polícia Militar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD: sugestão de cartilha. O presidente teve reunião com a Polícia Militar e informou que falou sobre a questão da logomarca do CMDCA na divulgação das formaturas, visto que o recurso é proveniente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Falou que debateram sobre a Lei Municipal nº4.266, de treze de maio de Dois Mil e Dezenove, que fala sobre o custeio das despesas provenientes da realização da formatura dos alunos. Explicou que há necessidade de alteração no inciso um, do artigo primeiro, que especifica os valores em reais a serem destinados, no entanto deve ser alterada pela unidade fiscal de referência. A Polícia Militar ficou responsável em solicitar a alteração da lei. O presidente informou também que o Programa PROERD sugeriu a confecção de cartilhas, sugestão da cartilha para falar sobre cigarros eletrônicos o que será analisado pela Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos. Pauta 06: Comissão de Garantia de Direitos e Apoio ao Conselho Tutelar: análise do edital de Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares. O presidente falou que a comissão já revisou o edital, porém como este CMDCA encaminhou a solicitação da alteração da Lei Municipal nº1033, de dezoito de março de Mil Novecentos e Noventa e Um, o mesmo não pode ser concluído, pois precisaríamos esperar primeiro a alteração da lei na Câmara Municipal para depois alterar o edital. Informou que até a data de hoje, a Secretaria de Articulação Governamental não realizou o encaminhamento da solicitação da alteração da lei para a Câmara Municipal. O presidente explicou que as alterações solicitadas por este CMDCA, principalmente no que tange ao Conselho Tutelar, vão de encontro a Resolução nº231 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Que na lei municipal há discriminação de cargos para as vagas e que este era um dos quesitos que o CMDCA solicitou alteração. Porém, se a Secretaria de Articulação Governamental não realizar o encaminhamento a tempo, o processo de escolha de conselheiros tutelares deverá seguir o que diz a lei municipal atual. O presidente inclusive informou aos conselheiros que haverá necessidade de realizar uma reunião extraordinária para



deliberar sobre o edital que deve ser publicado até o dia três de abril, no máximo. Pauta 07: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Análise do projeto social para a capacitação da Rede de Atendimento dos aparelhos da Assistência Social (Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS) e demais entidades parceiras do município, e, ainda, do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios de Santa Catarina. O conselheiro Luciano disse que a comissão analisou o projeto encaminhado. Falou da importância e da necessidade de capacitações da rede de atendimento, porém explicou que o projeto precisa ser reavaliado. Falou sobre o objetivo geral, sobre os objetivos específicos e sobre o público-alvo. Questionou alguns pontos da metodologia. Sugeriu que o projeto fosse desmembrado em no mínimo três projetos, visando a questão da educação, drogas e violência. Sendo assim, neste momento a comissão não aprovou o projeto da Associação Arte que denuncia, combate e previne. Os membros da associação Sr. José Manoel Mafra e Mirian Arceno estavam presentes e ouviram a análise. A comissão ficará à disposição da associação para orientá-la, após a reunião. Pauta 08: Assuntos Gerais. O Sr. Clóvis, representante da Associação Dragão Negro, informou que um tatame desapareceu do Centro Comunitário onde são realizadas as aulas de taekwondo. Disse que já buscou ajuda nas secretarias mas ninguém conseguiu verificar onde o tatame está. O presidente informou que a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social vai tentar descobrir aonde está o tatame e se não o achar, deverá providenciar um, pois as aulas não podem cessar. A conselheira Micheli, representante da Secretaria de Saúde, lembrou a todos sobre a reunião da Notificação dos Agravos de violência, que acontecerá na Casa dos Conselhos, no dia vinte e quatro de março, às dez horas. O conselheiro tutelar Paulo informou que o Conselho Tutelar recebeu do Ministério Público de Santa Catarina o kit destinado a estruturação dos Conselhos Tutelares catarinenses. O kit é composto por um veículo SUV, cinco computadores, uma impressora, um bebedouro, um refrigerador, uma cadeira para o transporte de criança em automóvel e um smartphone. Nada mais havendo a tratar, eu, Grasiela Aparecida Teixeira, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelo presidente, conforme deliberação na última reunião do exercício de Dois Mil e Vinte e Dois.

